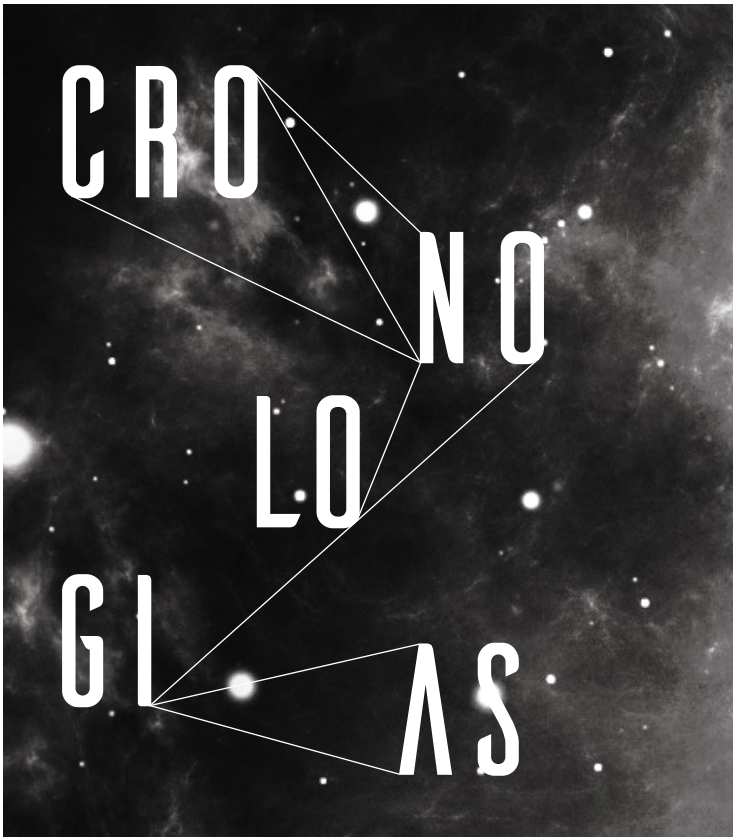


F A Z E R P O R



F A Z E R  
P O R  
C R O N O L O G I A S

*Por uma história inscrita nos corpos:  
práticas do Laboratório de Estudos Urbanos  
ou  
Quase memórias*



*LeU . UFRJ*

*Margareth da Silva Pereira*

*Mário Magalhães*

*Daniela Ortiz dos Santos*

*Priscilla Alves Peixoto*

*Aline Couri Fabião*

**A**s páginas a seguir reúnem textos fragmentários de caráter ensaístico que tentam dizer de premissas, caminhos, ambições, estratégias e dificuldades de um pequeno grupo de pesquisa do Laboratório de Estudos Urbanos (leU).

Criado oficialmente em 2006, no Programa de Urbanismo da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), o laboratório deu continuidade a um outro grupo de pesquisa chamado Culturas Urbanas e Pensamento Urbanístico no Brasil, existente desde 1999. Ambos, por sua vez, haviam derivado de diversos espaços de interlocução informais na Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio) e na Pontifícia Universidade Católica de Campinas (PUC-Campinas), existentes em fins da década de 1980 e ao longo da década de 1990.

As práticas do Laboratório de Estudos Urbanos, doravante simplesmente leU, são indissociáveis de uma forma de “pensar por imagens” que é própria de uma maneira metafórica de organizar o pensamento. Não custa lembrar que a palavra

“metáfora” designa uma figura de linguagem na qual se usa um termo convidando a uma comparação com um outro que não tem o mesmo sentido ou significado, mas em relação ao qual se sugere alguma possível proximidade, afinidade ou semelhança. É um modo de pensar imaginativo, que busca se referir a algo usando uma possível analogia com outra coisa que lhe seja parecida.

Desde 2004, vimos chamando essa forma de organizar ideias ou defender hipóteses, como “um pensar por nebulosas” ou por “conjuntos de nuvens” que se contrapõe à própria ideia do pensar como uma atitude teórica aplicada e que não só descreveria as coisas como “são” ou “realmente foram”, mas que ainda precederia, necessariamente, o agir.

Se pensar é construir e construir é pensar, nessas práticas, ecoam os vestígios de uma recusa, assim, aos abusos de uma visão de ciência funcionalista e que faz da teoria ou um pensamento excessivamente autônomo, aplicável, reprodutível, ou excessivamente subjetivado, pessoalizado, ensimesmado. Pensar por nebulosas reconhece o corpo e a abordagem do pesquisador a partir da sua afetação por um sem números de corpos que se reconhecem em uma mesma ação poética.

O próprio amadurecimento da noção de nebulosas, por exemplo, só pode ser desenvolvido a partir de colaborações com diversos laboratórios e instituições brasileiras e estrangeiras.<sup>1</sup> Como se vê, como metáfora, ela ultrapassa a ideia de um feixe de redes de sentidos absolutamente coerentes e previsíveis em torno de interesses e de laços sociais, insitindo, contudo, em integrar uma observação situada das coisas, dos indivíduos, dos gestos, e, portanto, das temporalidades e das espacialidades.

Assim, embora intercâmbios, parcerias e colaborações com colegas e grupos de pesquisa tenham se dado, assim, em diferentes ritmos e perfis, o impacto que tiveram nas atividades de pesquisa do laboratório merece ser reconhecido.

De todo modo, nesse nodo de pensar, é impossível, como historiadores, não se perguntar antes de tudo do que se quer lembrar e por quê. Nessa pergunta, está implícita também uma série de outras perguntas relativas ao que se herda como história e como memória.

Na verdade, o problema que se colocou desde muito cedo nas práticas leusianas foi o de avaliar de quais esquecimentos, de quais violências e lutos somos feitos e que demandam serem enfrentados como problema da esfera da cultura e do campo do conhecimento. Assim, no campo dos estudos urbanos e da arquitetura e do urbanismo, interessava-nos avaliar o que se herda como cultura acadêmica, disciplinar, profissional ou institucional. Ou, em outras palavras, o que se entende por ensino e pesquisa e o que se pode pensar sobre essas atividades.

## **ENSINO E PESQUISA: POR UMA OUTRA FORMA DE PENSAR A TÁBULA RASA**

Nas práticas do leU, ou ainda do grupo de pesquisa Culturas Urbanas e Pensamento Urbanístico no Brasil, já de início, constatou-se que, particularmente nas escolas de arquitetura e urbanismo, pensar e agir vinham sofrendo uma posição que, de resto, ainda se mantém, de desqualificação recíproca.

Nas atividades de projeto, por exemplo, a ação projetual acabava sendo vista como que esvaziada de reflexões e críticas que culturalmente lhe dão sustentação. Nas disciplinas de história, era o pensar que parecia ser interpretado como uma esfera também autônoma e sem implicações concretas e diretas com a concepção. De resto, ambas acabavam por ignorar as práticas cotidianas e sequer se perguntavam sobre o sentido de experiências, impressões, memórias ou teorias impregnadas, ontem e hoje, em desenhos e gestos construtivos, em uma ignorância dos embates entre culturas disciplinares travados no interior do próprio campo profissional.

A arquitetura e o urbanismo viam-se, assim, como práticas naturalizadas e destituídas de historicidade e crítica. Mais ainda: era como se esse seu estatuto não significasse um problema a ser pensado e, pior, essa desqualificação presente nas salas de aula se manifestava tanto nos próprios programas curriculares quanto no modo de se considerar um desenho ou um texto.

Sem nos determos sobre as implicações do ponto de vista crítico e epistemológico que isso pressupõe e acarreta, via-se, por exemplo, com frequência, disciplinas serem nomeadas “Teoria e História”, “História e Projeto” ou “Teoria e Prática”, “História e Crítica” nos currículos, como se teorias não possuíssem situação e condição de enunciação, como se os conceitos de passado e devir fossem eles próprios a-históricos ou como se a dimensão conceptual – em textos e em projetos – pudesse ser considerada de modo autônomo de pressupostos, expectativas e avaliação.<sup>2</sup>

Em termos de ensino, o laboratório passou, assim, a questionar essa oposição entre termos e insistir sobre o significado que uma simples partícula, uma simples letra, manifestava em seu uso generalizado. Como se disse, esse simples “e” naturalizava e, assim, escondia as próprias leituras de tempo e de mundo que seu uso subentendia e subentende. Em outras palavras, des-historicizava as práticas da arquitetura e do urbanismo e destituíam-lhe não só de sua dimensão crítica como também de seu estatuto de gestos de cultura.

De fato, esse pensar, sob forma de uma teoria abstratamente concebida e sem corpo, tornava o pensar-projetar um ato sem serventia, apartado da vida da cidade e, na maioria das vezes, voltado para uma visão de passado como um tempo homogêneo, morto e destituído das tensões.

Livres de qualquer compromisso de ajuizamento sobre o que foi filtrado como tradição, memória, história e historiografia, as ações passavam a ser consideradas como que exercidas em torno de um “novo”, visto como um gesto em ruptura com qualquer reflexão sobre o que, eventualmente, se adquire como cultura. Enfim, abandonava-se qualquer “teoria das práticas” em suas historicidades e em suas ideologias, começando pelas do arquiteto, do urbanista e aquelas do “historiador”, do “teórico” ou do “crítico” de arquitetura e urbanismo.

Ora, certamente o peso dos círculos diletantes ou pelo uso do conhecimento – não em um sentido libertário, mas como um instrumento de poder, controle e subjugação de corpos e mentes – havia contribuído para colocar a atividade intelectual em tal oposição à ação e vice-versa. Trata-se de exercício de um poder de classe, de

religião e de castas, como foi, sem dúvida, o caso até o século XVIII, mas também de consolidação de uma visão que se reproduziria nas próprias práticas acadêmicas no século XIX, durante a era das reformas e das revoluções, como tão bem mostrou Bourdieu (1984).

Como não custa lembrar, a atividade intelectual, no que tange à arquitetura e ao urbanismo nascente, passou a ser medida, ao longo do século XIX, por sua aplicabilidade imediata, mais particularmente por sua utilidade. Essa instrumentalização da atividade de concepção e projeto acabaria por empobrecer tanto a noção de estilo, nos termos como vinha sendo discutida no século XVIII, quanto a capacidade da forma arquitetônica de ser uma experiência *parlante* (falante) aos sentidos.<sup>3</sup>

Em resumo – e sem mencionar os estudos geográficos que problematizam a ideia de “determinismo do lugar” ou a contribuição de obras que circulam no Brasil, como as de Argan em seus estudos sobre o barroco ou sobre a arte e a arquitetura moderna, ou como as de Choay em sua crítica ao funcionalismo e à ideia de modelo –, é como se multiplicassem os livros que falam de topofilias sem corpos, sem culturas, sem convite ao engajamento sensível, sem experiências.

Quanto à ação, esta passou a ser valorizada apenas se servir como gesto de preservação de um passado morto ou como ruptura instauradora de um novo que se exercitaria em uma tábula rasa, tomada ao pé da letra.

Talvez o efeito mais perverso dessa dupla percepção – que se tornou hegemônica na cultura ocidental e, cujos efeitos, sobretudo nas práticas da arquitetura e do urbanismo, foram dos mais nefastos – tenha sido primeiramente o utilitarismo e o funcionalismo que as sustentam e cresceram com ela.

Esvaziou-se, assim, o sentido que os círculos do primeiro romantismo, particularmente com Goethe, vinham dando ao termo “*bildung*”,<sup>4</sup> associando-o a um exercício de atualização reflexiva do passado inerente de um esforço ético e estético, construtivo e constitutivo, tanto de cada indivíduo em si mesmo quanto da esfera coletiva e, particularmente, das práticas culturais. (GUSDORF, 1985)



No programa de atividades do leU, em decorrência desse estado de coisas no campo acadêmico e científico, se tornaria também cada vez mais clara a necessidade de privilegiar um modo de fazer história que, à contracorrente dessas tendências, se centrasse, por sua vez, na experiência dos corpos, nos modos de subjetivação e objetivação, nas transsubjetividades e intersubjetividades e, em outras palavras, nos atores individuais e coletivos.

Por outro lado, como o ato de pensar deixava de ser atravessado pelo confronto, pelo conflito e pela crítica de visões culturais, desaprendia-se sobre a necessidade de também olhar respeitosamente o que é digno de ser conservado, de sustentar argumentos e de perceber o mundo social com a complexidade que ele exige.

Desde o fim dos anos 1990, o problema a ser discutido deixou de ser apenas o de uma história pensada a partir de passados mortos. Passamos também a sublinhar o silenciamento dos atores e dos saberes que participam da construção das cidades no seu dia a dia – a começar pela voz ética, política e estética dos próprios arquitetos e urbanistas, mas, sobretudo, a daqueles aos quais, em tese, as suas ações se destinam.

De fato, como se naturalizava também tudo que permanecia e permanece latente ou abusivamente não falado, começamos a sublinhar a não naturalidade dos próprios temas enfocados nos trabalhos acadêmicos, mostrando que, com eles, recorta-se também o mundo social e tanto mantém-se um *status quo* como pode-se contribuir para trazer à esfera pública questões represadas, mas que, justamente, reverberam como problemas historiográficos a serem levados em conta. Afinal, ainda que tendo permanecido na opacidade, são estas últimas, sobretudo, que interpelam e instigam as próprias práticas de rememoração implícitas na atividade do historiador. São elas que vivificam ações do passado, construindo-as como ações que possuem presença e significado no presente e como histórias vivas são passíveis de interrogarem na atualidade as ações de conservar, subverter e transformar com conhecimento de causa.

pelos pensadores da *naturphilosophie* (GUSDORF, 1985), talvez tenha sido a de ajudar a entender que a noção de tábula rasa não é necessariamente um apagamento do passado. Ao contrário: o passado não se apaga porque ele seria ineliminável; ele está aí como um esquecido, que convoca, contudo, a ser rememorado para se tornar algo adquirido. Não se trata aqui de abstrações, mas de saber o que significa como negociação e pacto tudo que se faz no cotidiano, começando pelos gestos mais simples, como a própria linguagem.

O passado, nesses termos, é como uma espécie de terra incógnita, estrangeira, como já lembrava David Lowenthal (2015), ou uma noite escura, sem sul ou norte, como lembravam Mário de Andrade ou Lucio Costa, no qual cada indivíduo é ele próprio como que uma tábula rasa. (PEREIRA, 2004) Sim, porque é como se ele próprio fosse como uma espécie de metáfora da página em branco de um cosmógrafo, de um escritor ou de um arquiteto, na qual, em sua construção de si com as coisas, vão se inscrevendo tanto uma lenta e contínua rememoração do que aprendeu e decide guardar na memória ou esquecer, quanto o que consegue vislumbrar e manter como algo que também deveria ser lembrado ou, no mínimo, permanecer como sonho ou utopia.

Seria, em resumo, um lento e contínuo exercício de rememoração e de atualização do que, para a sobrevivência das próprias formas de cultura, talvez deva ser, ao mesmo tempo, lembrado e projetado, isto é, lançado para frente. Esse sentido de tempo e de história foi reiterado por inúmeros pensadores; basta que pensemos até mesmo nas considerações intempestivas de Nietzsche (STIEGLER, 2006), por exemplo. Com frequência, essa escrita gradual e errante da página branca e de convocação à permanência ou ao esquecimento – que toda ação no presente enfrenta ou, pelo menos, pressupõe – foi também associada às próprias questões pedagógicas e de percepção e concepção, como é possível constatar ao se dedicar à biografia de inúmeros arquitetos e urbanistas dignos desse título no passado, ao estudarmos suas lutas no cotidiano, ao intuirmos o ambiente político e cultural no qual desenvolveram suas atividades.

Assim, se podemos evocar nuvens de ideias e de métodos que balizam as

práticas do laboratório ou das nebulosas de questões que o atravessam – resumidas nas páginas que se seguem –, elas são tributárias de uma noção de ator e de um conceito de “formação” que são herdeiros da própria noção de *bildung* e, portanto, de biografias intelectuais que pouco têm de um conceito de ensino como transmissão, mas sim de experiência – pois, de fato, nada se ensina ou se transmite. Apenas ensina-se a prestar atenção ao que se vive, ao que se sente e a escolher e ajuizar, ou, em outras palavras, a ser crítico. Isto é, ensina-se uma arte de ponderar e separar coisas, de dar-lhes peso e sentido.

“Trabalho”, “processo”, “tradução”, “translações” e “viagem” são termos que são correlatos ao conceito de *bildung*, como mostraram Berman (1984) e a releitura de suas contribuições feitas por Suarez (2005). É isso também que mostra vida, obra e as notas de leitura e de viagens, por exemplo, de um José Bonifácio – um dos nossos biografados na história do urbanismo do Brasil que vimos construindo – no exercício singular e plural de estranhamento de si e das coisas e seus projetos de futuro. (MAGALHÃES, 2018)

Nesses termos, a pesquisa nos sucessivos grupamentos que formaram o leU talvez nunca tenha sido considerada apenas como um produto quantificável em números. São processos longos de criação de um lento diálogo com certos períodos e grupos de atores. Como Mário Magalhães – membro do laboratório desde 2006, no qual preparou uma tese sobre José Bonifácio e a ideia de cidade – tão bem resume: as nossas práticas vêm sendo um “afetar e afetar-se de corpos que se implicam, dobram sobre si e se desdobram. Contra o narcisismo de um indivíduo fechado na solidão do eu, nossos afetos nos lançam na busca de outros corpos inscritos em textos, imagens, lugares, obras”. (MAGALHÃES, 2018)

É ainda Magalhães que sintetiza, pensando provavelmente nas “viagens imóveis”, no dizer de Daniela Ortiz (2017), que cada pesquisador é convidado a empreender e alguns realizam:

Também as pesquisas são chegadas e partidas. O processo de pesquisa é frequentemente retratado pelo estado melancólico que acomete o sujeito. Tomada de consciência e desconstrução

de si, desnaturalização que arrasa a paisagem apaziguada de um mundus interior e instaura a distância e o isolamento de entes queridos, pares, parentes; agora, objetos de estranhamento. O mundo todo, ele mesmo, se transfigura num estranho. É esse estrangeiro de si e do mundo que seria a condição mesma da distância crítica do homem moderno. [...] esse processo é entremeado por experiências de afetos e construção de mundo e mundus<sup>5</sup> novos. Como nos ritos que, simbolicamente, fundavam as novas cidades romanas, são escolhidos os fragmentos que remetem a um lugar, uma identidade, um passado, uma cultura – à coerência de um corpo – que, como por simpatia mágica, ao serem enterrados no mundus, semeiam de afetos um corpo novo, pacto que instaura o mundo dos homens.

Ora, as fontes concretas ou etéreas com as quais o pesquisador – arquiteto, historiador, filósofo, segundo suas poéticas – interage manifestam hesitações, derrotas, tomadas de posição, lutas, falas ou até o silêncio ao qual foram submetidas. São elas que irrompem na tábula rasa, que vai se tornado, para cada historiador, a tábula plena das memórias, das possibilidades de dotação de sentido que consegue perceber dos atores do passado aos quais se dedica e que elege como objeto de estudo, cujas ações busca atualizar. São como formas que, ao inscrever-se no processo de interpretação e reflexão, realizam a alquimia de uma imagem fotográfica ao ser revelada. Gradualmente, as fontes, ao serem articuladas e associadas a outras informações, não apenas formam nuvens de contatos, de relações, de sociabilidade. Elas vão definindo o contorno de situações, de gestos, de ações que se tornam muito próximas, quase tangíveis, mesmo que se trate de pequenos fragmentos de textos ou desenhos feitos por autores que viveram no Brasil do século XVIII, na Alemanha de 1790 ou de 1807.

Filmes feitos em Paquetá de 1929; desenhos de uma viagem no interior da Itália em 1803; debates travados nas reuniões da Câmara Municipal do Município Neutro, em 1842, ou na congregação da Academia Imperial, em 1854: indivíduos e suas ações tornam-se, enfim, presenças que nos convocam e as quais se convocam. São afinidades que se reencontram atemporalmente de par com a barbárie que nos habita no silêncio de uma história que, até então, permanecia como algo impensado.

Como continua Magalhães (2018), explicitando, agora, também as premissas do modo de fazer por biografia que se busca praticar no leU:

[...] É com nossos ‘corpos inscritos de cultura’ que aportamos sobre esse cais herdado, territórios de demora, encontro, confronto e troca. É se é com o sopro inquieto dos ventos da reflexão e da dúvida que nos lançamos nos mares desconfigurados da pesquisa, a bússola dos afetos que nos inquietam nos guia em direção ao cais daqueles que nos precederam em suas viagens.

Aqui, a pesquisa é, portanto, uma palavra que é, ela mesma, um sopro movendo mundos e suas memórias no “estrangeiro” que habita em nós. Movendo nuvens e formando nuvens elas próprias transitórias, até serem submetidas a outros sopros, a outras virações.

O estudo do romantismo alemão e dos círculos da *naturphilosophie* já havia interessado Pereira em seus estudos sobre a experiência americana e, ainda, sobre a recepção de Le Corbusier e suas relações com Lucio Costa nos fins dos anos 1980. Contudo, nos primeiros anos da década de 2000, as contribuições dos debates de fins do século XVIII reapareciam e pareciam pertinentes para aprofundar, agora, as pesquisas sobre o século XX no período entre-guerras. De fato, nos anos 2000, a universidade parecia desdobrar-se sobre si mesma refletindo sobre a reforma curricular da faculdade de arquitetura e ainda sobre intervenções físicas no *campus* universitário da UFRJ.<sup>6</sup>

Para além das questões de formação crítica, ética e estética, a noção de *bildung* auxiliava a repensar o sentido de ensino e da própria ideia de universidade e como ele se traduzia em projetos, em programas de cidades universitárias, mas também em formas.

Por outro lado, em 2001, celebraram-se os 70 anos da reforma da Escola de Belas Artes, e o grupo de Culturas Urbanas e Pensamento Urbanístico no Brasil, nome inicial de nosso grupo de pesquisa, acabara de dedicar-se à elaboração de um vasto levantamento de artigos de jornais, pesquisa denominada “1931: arte e revolução”.<sup>7</sup> Evidentemente, o papel de Lucio Costa na Escola de Belas Artes era relevante. Contudo, para além do ano de 1931, o grupo passou a estudar

o período de 1931 a 1945 e vinha agora se ocupando diretamente tanto da questão das cidades universitárias e de personagens do movimento moderno que se dedicaram a uma arquitetura voltada para esse cliente coletivo, que era a própria cidade e os seus equipamentos públicos, como Eneas Silva e Joaquim Cardozo. (NASCIMENTO, 2007)

As questões de ensino e pesquisa ganhavam cada vez mais relevância e, em 2002, o grupo convidou Silvia Arango, professora da Universidad Nacional de Colombia, para uma estadia no Programa de Pós-Graduação em Urbanismo (Prourb). Arango havia publicado *História de un itinerario*, sobre uma série de figuras que haviam pensado as universidades na América Latina e cujas ideias atravessaram Bogotá, Caracas e Havana no século XX. Por sua vez, o grupo organizou, na FAU-UFRJ, uma exposição acerca das cidades universitárias e passou a orientar pesquisas sobre o assunto durante a maior parte da década. (ALBERTO, 2003, 2008)

Com Arango, as questões de historiografia tornaram-se também um foco ainda mais privilegiado diante da experiência, agora, latino-americana. Noções como transferência, modelo e estilo perdiam completamente o sentido diante da visão cultural, historicamente situada e encarnada dos atores. Na busca de construção de uma história pensada nesses termos, como tentávamos construir, mesmo livros extremamente relevantes na iniciação às questões estéticas – como *Flash and Stone*, de Richard Sennet, publicado em português nesses anos – e que valorizavam a experiência e, portanto, o corpo já não podiam epistemologicamente satisfazer o laboratório.

No interior do leU e antes dele, o tema do corpo era uma herança dos estudos de Pereira sobre o barroco e, como se disse, sobre a filosofia da natureza. Havia sido tratado por Lucas Guimarães e por Elisa Nascimento Fonseca na pesquisa sobre Joaquim Cardozo. Por sua vez, a análise do discurso iconográfico e cartográfico havia sido tratada igualmente em diversos trabalhos de Pereira e havia ganhado espaço nas atividades do laboratório em função dos temas trabalhados em pesquisas específicas com os alunos de iniciação científica<sup>8</sup> ou pelos então mestrands ou doutorandos, como, à época, Aline Couri Fabião.

Como um novo campo de sensibilização pedagógica, um longo ciclo de palestras semanais de extensão realizado no Instituto de Arquitetos do Brasil (IAB) no Rio de Janeiro, intitulado Arquitetura e Educação – A educação dos Sentidos, foi organizado, sublinhando as marcas de Friedrich von Schiller e de seu livro *A educação estética do homem*, leitura obrigatória dos aspirantes a membros do grupo. Costurando articulações sobre um campo de debates que não só fazia interagir presente e passado, mas também estética e ética, e segundo diversos arcos temporais, tensionavam-se as relações entre duas práticas edificatórias, a do pensar e a do construir, mostrando a sua indissolubilidade.<sup>9</sup>

Como já salientado, as práticas concretas do grupo com temas contemporâneos que atravessam o cotidiano mobilizavam as pesquisas históricas, e estas, por sua vez, chamavam a atenção para o que havia ficado à margem nas histórias oficiais. Isso significa dizer que, mais uma vez, não se tratava de afetar-se com corpos conceituais e abstratos, mas de um corpo a corpo que, muitas vezes, artigos, dissertações e teses tendem a silenciar. Ou ainda, como lembra Ortiz citando o poeta Blaise Cendrars em seu livro *Aujourd'hui*, publicado em 1931, as atividades humanas, como a escrita, eram também pensadas como ações de criação cujo ponto de partida é a profunda consciência do tempo presente e cujo motor roda em espiral.

Na transversalidade da organização do leU, os alunos de mestrado e de doutorado foram convidados a coorientar os trabalhos de iniciação científica, a se engajar responsabilmente na tarefa de conjugar liberdade e solidariedade, organizando, eles também, seminários específicos de leituras segundo suas inclinações teóricas e temáticas. O grupo não era mais um espaço plural de estudos de história do urbanismo, mas de hermenêutica, de epistemologia, de historiografia, entendidos como o próprio exercício conceitual de contribuir na manutenção do campo científico ao narrar o passado. Nesses seminários, foram discutidas, entre outras, a obra de Françoise Choay e de Marcel Roncayolo e, ainda, as primeiras formulações sobre a noção de nebulosa.

Exercitou-se a escrita conjunta de artigos em coautorias horizontais e verticais, sobre historiografia, e o trabalho com a antologia com os

alunos de iniciação científica revelou ainda um novo desafio: deslocar os preconceitos contra a história quantitativa. Na medida em que as pesquisas mostravam que muitos urbanistas, desde os irmãos Bonifácio, haviam se aproximado do binômio “ver e prever” ao longo do século XIX e participado da história das estatísticas no Brasil,<sup>10</sup> o urbanismo via-se não só ligado ao sentido de previsão, implícito nas estatísticas, mas também daqueles que, desde a Proclamação da Independência, pensaram a dimensão local, participando da história do movimento municipalista no Brasil.

Ora, diversos desses gestos são invisíveis ou menosprezados nas estatísticas acadêmicas que também são feitas. Contudo, essa prática, sempre estimulada na cultura de grupo leusiana, permitiu a alguns de nós pensar como o tripé da universidade moderna, concebida por Wilhelm von Humboldt, era uma atitude, era uma vivência, era uma história feita em corpo, uma história encarnada e conectada a outras histórias, sedimentada em tantos outros corpos.

Portanto, não se tratava, nos seminários e demais atividades, apenas de falar de números, de croquis de projetos abstratamente, mas de vê-los nascer, se transmutar. Não se falava apenas das arquiteturas pedagógicas, da história material dos edifícios escolares, mas de ensaiar suas possibilidades, desenhando estratégias para franquear um diálogo aberto. Não se tratava de aprisionar o outro numa teia narrativa e sujeitá-lo à pobreza de uma experiência “galvanizada”, mas, ao contrário, colocar a si e o outro em liberdade e na atualização de uma experiência presentificada.<sup>11</sup> Foi nesse contexto que o leU ganhou forma.

## **SOBRE ANTOLOGIAS E CRONOLOGIAS OU O DESAFIO DE INVENTAR CLÁSSICOS**

O Laboratório de Estudos Urbanos, desde sua formulação, foi intimamente chamado leU – lê-se separadamente: le U. Esse apelido foi, de certo modo, fruto de um acaso. Contudo, é entre esse “l” minúsculo, que evoca o seu formato de pequeno laboratório, e o “U”



grande, que designa a amplitude da aventura social e cultural que são as cidades e a experiência urbana, que se demarcaram, assim, suas práticas coletivas e colaborativas, dedicadas ao estudo do desafio de viver juntos e a parte de imersão e estranheza que requer, institui, revela.

Entretanto, como enfrentar, como deslocar, como desconstruir o pensamento dicotômico que rege a disjunção entre teoria e história, ou teoria e ação, e, com ele, o esvaziamento conceitual que vem marcando a prática da arquitetura e do urbanismo no Brasil nas últimas décadas?

Na verdade, quais estratégias a desenvolver contra um utilitarismo crescente e um funcionalismo de difícil desconstrução e que, além do mais, continuam a ser reforçados por certas práticas de ensino e investigação que se multiplicam em “escolas” de arquitetura e urbanismo?

A resposta que, no laboratório, vem se tentando dar a essas questões é a de rememorar a natureza cultural, ética, estética e política da prática da arquitetura e que, desde os séculos XV e XVI, é ressignificada, de par com diversos saberes, dando forma tanto a uma reflexão sobre as cidades quanto ao próprio urbanismo.

Nesse sentido, vem parecendo ser desejável se perguntar quais seriam as teorias em disputa sobre a prática da arquitetura e do urbanismo, defendida por certos atores, e não por outros – desculpem a insistência em falar o óbvio –, considerando ainda que o próprio processo de urbanização do território que hoje chamamos Brasil é indissociável de sucessivos cortes no campo do conhecimento e de diferentes histórias de concepção e construções de cidades.

Assim, o leU vem desempenhando uma mesma tarefa, refeita sob tantas formas quanto as de seus integrantes: construir uma história das “práticas da arquitetura e do urbanismo e de suas teorias implícitas”, particularmente ao longo dos séculos XIX e XX, o que se traduz na elaboração de uma antologia do pensamento urbanístico no Brasil e, evidentemente, enfiar biografias intelectuais que necessariamente, queiram ou não os atores estudados, são políticas. Queira-se ou não, se inserem diretamente no campo político.

Como não é excessivo repetir, não se trata de elaborar uma antologia do pensamento urbanístico brasileiro, isto é, sob um viés nacionalista. Esse não é um problema de identidade, mas de conflitos entre visões de si e do outro. Além do mais, o próprio campo do urbanismo não é um campo fechado. Talvez também se deva repetir: o Brasil não é uma ilha.

O campo do urbanismo se constituiu de modo transnacional e a partir da interação de pensadores e profissionais pensando cidades em diferentes contextos. Busca-se, assim, interpretar como os profissionais, no Brasil e alhures, constroem a cidade como objeto teórico e de ação. Busca-se também identificar a partir de que temas ela é considerada, quais ferramentas esses profissionais reclamam – como as estatísticas, por exemplo – e com quais atuam coletivamente; como elaboram suas análises da cidade e da urbanização, que práticas arquitetônicas defendem ou como realizam seus “diagnósticos”, como passou-se a dizer. Enfim, diante dos seus canteiros específicos de trabalho, como refletem sobre as experiências uns dos outros, quando, onde e por quê.

Contudo, quando se é historiador, cabe se fazer, mais uma vez, uma série de questões, a começar por se perguntar: o que é uma antologia e para que serve? Ou melhor, sabendo-se que uma antologia reúne textos ou autores exemplares sobre um assunto, rapidamente constatou-se que as antologias serviam para construir uma cultura compartilhada, ou uma iniciação a ela. Contudo, aí começavam as questões mais difíceis. Desde quando existiam antologias na área da arquitetura e do urbanismo? Quando e por que esse tipo de livro passou a existir e para que e como se selecionam os autores, textos ou obras e se passa a considerar que são de conhecimento fundamental e indispensável para qualquer debate, independentemente da concordância com suas ideias ou de sua atualidade? É evidente que a proposta de Italo Calvino de como ler os clássicos é um enorme desafio, mas, aqui, dito de outra forma: como se inventam clássicos?

Esse tipo de questões – de ordem teórica e de forma de abordagem –, o leU teve que fazer face ao mesmo tempo que continuava a empreender pesquisas sobre o movimento moderno, sobre engenheiros militares ou sobre autores de grandes projetos para cidades desde a Independência

até o período entre-guerras. Dada a sua inserção na UFRJ e o próprio papel do Rio de Janeiro como cidade capital até 1960, a cidade e seu ambiente técnico, político, administrativo e estético acabaram sendo privilegiados, mas não só.

Embora nos tivéssemos restringido ao debate sobre as cidades após a Independência, o Brasil é um país onde se observam 500 anos de práticas instauradoras de cidade. É, contudo, notável (e lamentável) um silêncio na interpretação sobre essas práticas e, justamente, entendido como um campo de atuação de modo mais articulado, ou como um “campo” no sentido bourdieusiano do termo. Ou seja, um campo pressupõe em permanência uma esfera pública e uma arena de disputas, convergências, conflitos, deslocamentos de sentidos.

É evidente que pesa sobre essa situação epistemológica uma visão eurocêntrica que nos forma e nos conforma a todos, malgrado décadas de debates pós-coloniais. A questão, então, é como fazer ver esse campo, que é composto por diferentes culturas – convergentes, divergentes, parcialmente compartilhadas –, como um campo de ação dotado de memórias e de um acúmulo de experiências. Isto é, um campo dotado de culturas em contínuo movimento de dominação, de lutas por autonomia, de hegemonias, de rearranjos.

A resposta, como se vê, não é simples. E como se disse, tem várias faces. Elaborar uma antologia – e sobretudo no Brasil, onde, como dito, não existe qualquer obra do gênero no campo do urbanismo – pressupõe um encaminhamento extremamente atento para que se pratique o exercício crítico, o ajuizamento e a escolha – e, portanto, o arbítrio já mencionado –, mas onde se evitem arbitrariedades.

A partir do trabalho interno de duas décadas no laboratório, atualmente, a antologia é composta por um conjunto de autores reunidos em quatro grandes nuvens, quatro tomos, em função tanto da intensidade dos problemas, que eles próprios parecem ter enfrentado sob certas condições, quanto de mudanças sobre a própria visão de conhecimento. Contudo, ela é mais do que uma coletânea de textos de autores que buscaram agir diante da condição citadina e urbana, a que percebem como um problema apresentado a partir de suas

biografias. A sua confecção – ou a escolha dos clássicos – tem sido uma ferramenta de iniciação à formação e à pesquisa e um detonador de outras possibilidades de práticas e discursos historiográficos. É dela que decorre a própria metáfora das nebulosas do pensamento urbanístico.

De todo modo, começamos, há mais de 20 anos, por estudar o gênero das antologias, estabelecendo quando haviam surgido e em que ritmo foram publicadas, a forma como foram estruturadas, em quais países e por quê. Pareceu-nos claro, nesses trabalhos iniciais, que as antologias de arquitetura e urbanismo ganham forma *pari passu* com uma mutação epistemológica importante na década de 1960 e que se articula à crítica ao funcionalismo, e a de Ulrich Conrads (1964) e a de Françoise Choay (1965) podem ser apontadas como umas das primeiras.

Ulrich Conrads e sua antologia *Programs and Manifestoes on 20th-Century Architecture* jamais foram publicados no Brasil. Contudo, seu livro, ao lado daquele de Choay, sinalizou uma tendência que se multiplicaria desde aquela década. A saber, um tipo de livro que em vários países passou a reunir autores de tempos e horizontes culturais diversos em torno da reflexão sobre a cidade e o que lhe singularizaria como modo de vida, concebendo novas cidades – em sua forma material, social e política – ou reformando-as.

*Urbanismo: utopias e realidades*, de autoria de Françoise Choay, foi publicado em português 15 anos depois que sua primeira edição na França. No Brasil, o livro circulou a partir da redemocratização, simplesmente com o título *Urbanismo*, e serve de exemplo das violências redutoras que o mercado editorial ou a desatenção do tradutor impõe nas traduções das obras, como mencionava Berman.

Na verdade, sua autora lutava, como se vê desde o título, contra a ideia de modelo e já apontava, portanto, para uma ideia de pluralidade e de debates entre culturas profissionais, que drasticamente desapareceu do título em português.

Em nosso trabalho, a obra de Choay, ao ser cotejada a uma série de obras similares publicadas nas décadas seguintes, permitiu perceber,

por datação, contraste, comparação, recorte, forma de análise e vocabulário, a própria difusão e o formato das antologias e como certos autores haviam se tornado “clássicos”.

Quando, a partir da segunda metade dos anos 1990, começamos a pensar a Antologia do Pensamento Urbanístico, que ainda hoje nos ocupa, existiam poucas antologias e elas ainda não haviam explodido como gênero na área.

Nas antologias editadas em diversos países, identificamos os autores internacionais mais recorrentes em diversas línguas e comparamos também os textos selecionados. Constatamos diferenças entre as antologias não só de tradução ou de versão de uma língua a outra. A própria seleção do texto a ser publicado, dentro do conjunto da obra de um autor, levou-nos cada vez mais a nos dedicar às biografias dos autores selecionados, situando suas propostas e suas reflexões, anotando seus interlocutores ou o alvo de suas críticas, elencando, enfim, outros autores.

As antologias como gênero se tornaram focos de interesse e de colaboração em nosso trabalho com Paola Berenstein Jacques, que imaginava, naqueles anos, organizar uma antologia de textos de estética, desde nosso encontro em 1999. Como mencionado acima, havíamos intuído ambas, de início separadamente, que a construção de um solo de leituras compartilhadas sobre textos nas áreas de estética e de urbanismo parecia ser desejável para se estabelecer uma cultura comum que, não sendo homogênea, propiciasse que diferentes formações e culturas dialogassem ou se confrontassem francamente.

Foram estudadas mais de 17 antologias publicadas entre os anos 1965 e 2000, com Berenstein-Jacques, que elencavam os “clássicos” da área em diversos países. Uma a uma dessas antologias deu origem a uma tabulação, estabelecendo as ocorrências e recorrências de autores e de textos e, ainda, engendrando análises sobre o modo como cada antologia havia sido organizada – se por tema, se por área geográfica, se por data.

O trabalho com as antologias internacionais, com as biografias intelectual dos autores, com a seleção de textos e com a hesitação

sobre seus escritos mais importantes e, enfim, com o próprio campo profissional dos autores locais identificados – e, diga-se, com as culturas disciplinares – levou-nos a fazer dezenas de cronologias para fundamentar nossas escolhas. Passava-se a melhor identificar, desse modo, “gerações”, tempos de projetos, ritmos de realizações, trocas científicas, interações pessoais e institucionais, temas enfocados, vocabulários, recepção e alcance de iniciativas, crises, disputas, secessões. Em suma, formular e corrigir hipóteses e ser surpreendido com o que sequer pensou.

É nesse processo de indexação de informações que as cronologias permitem e nas infinitas articulações de sentido que estimulam, que a ideia de organização de uma cronologia *on-line* do urbanismo começou a ser pensada como banco de dados, no início dos anos 2000.

Aline Couri Fabião, então bolsista de iniciação científica, percebeu que as cronologias podiam ser consultadas de forma autônoma e que, inclusive, o alcance na difusão de resultados de pesquisa que poderiam se tornar digitais.<sup>12</sup> Ela rememora:

Em 2002, a grande cronologia em papel que se desdobrava em incontáveis hiperlinks feitos a lápis era a materialização de um pensamento multidimensional, porque não consistia em apenas uma sequencia linear de fontes – eventos, publicações, obras, manifestos, projetos. Justamente, era uma forma de pensar a sobrevivência, a difusão e as atualizações de ideias numa escala mundial, tendo como ponto de vista inicial o Brasil e a América Latina.

Seu hipertexto a lápis me fez sugerir uma versão digital da *Cronologia*. Vislumbramos algo warburgiano, mesmo sem conhecer a obra desse autor.<sup>13</sup> A difusão *on-line* certamente possibilitaria que novas questões e interpretações fossem criadas a partir da base disponibilizada. E se Warburg pôde, até certo momento,<sup>14</sup> em sua Kulturwissenschaftliche Bibliothek, pensar e criar sentidos mudando os livros de lugar, poderíamos certamente fazer algo parecido manipulando a imagem digital móvel e heterogênea da *Cronologia*.

A *Cronologia do Pensamento Urbanístico* foi pensada para suportar imagens e textos. Cada fonte indexada levaria a outras. Inicialmente, tinha mais imagens do que a versão atual; entretanto, questões técnicas e de propriedade foram lentamente minimizando a quantidade delas. O objetivo de sua construção foi permitir que os leitores criassem suas próprias conexões e sentidos a partir dos dados disponíveis. Pensar através de dados não linearmente enumerados, que são um convite à deriva, ao olhar inquieto, que busca sentidos ou sentimentos. Cortes secos, fusões, sobreposições ou transições. Enquadramentos de algo que é maior que o nosso recurso cognitivo de compartimentação e de criação de sentidos através da criação de conjuntos e de linguagem. Enfim, a *Cronologia* como um articulador de sentidos.

Hoje, em seu atual formato desenvolvido pelo Laboratório Urbano da UFBA, a *Cronologia do Pensamento Urbanístico* é um dispositivo de pesquisa *on-line* consultado por milhares de usuários a cada mês, confirmando a percepção inicial de Fabião sobre a amplitude dos recursos cognitivos que oferece a cada um que a consulta e manipula.

De todo modo, em papel ou *on-line*, as cronologias realizadas pelos membros do leU em suas teses, dissertações e trabalhos de iniciação científica passaram a ser um primeiro instrumento de formação, como se disse, e de sistematização das informações reunidas sobre o campo profissional e disciplinar. Elas mostravam com clareza o ritmo da circulação de temas, manifestos, propostas e, ainda, ao ser cruzada com as biografias dos arquitetos, urbanistas, paisagistas e pessoas públicas estudadas, constatava-se a formação de laços nacionais e transnacionais entre os atores, identificando-os com mais atenção em suas práticas e, portanto, suas especificidades e redes de sociabilidade e diferentes vertentes das culturas locais e transnacionais – diferentes nebulosas.

Mas, justamente, quais seriam os clássicos no Brasil? Evidentemente, graças às cronologias, começamos desenvolver uma atenção cada vez mais fina às fontes primárias – uma vez que, muitas vezes, os livros disponíveis forneciam informações errôneas ou contraditórias – e, ainda, à biografia de cada autor brasileiro. A obra de dezenas de profissionais era ainda pouco conhecida, quando não totalmente desconhecida ou resumida em poucas linhas, o que exigia muito

trabalho de pesquisa com fontes primárias para poder, com segurança, avaliar suas contribuições no plano social e cultural.

Esses foram os casos de alguns autores nacionais selecionados, como Pedro de Alcântara Bellegarde, Conrado Jacob Niemeyer, Daniel Pedro Müller, o senador Vergueiro ou Jules Benoît Müre, por exemplo. Mas também foi o de figuras excessivamente estudadas, mas vistas como personagens alheias a questões urbanísticas, como Manuel de Araújo Porto-Alegre ou José Bonifácio. Enfim, na medida em que as cronologias revelavam também as interações nacionais e internacionais e, assim, circulações e recepções de autores, relações de parentesco ou de sociabilidade, as pesquisas abriram-se para a exploração de fontes primárias em acervos internacionais, como o caso não apenas de Grandjean de Montigny, mas também de Joachim Lebreton, Jeremy Bentham, Gottfried Semper – mencionando-se, aqui, apenas alguns autores presentes no tomo 1 – ou de Agache, Le Corbusier ou da própria Françoise Choay, para citar autores pré-selecionados para outros tomos. É preciso notar que, mesmo se as questões historiográficas e teórico-metodológicas passaram a ganhar relevância nos anos 2010, como se disse, não se abandonou a história do urbanismo e da arquitetura estrito senso.

De fato, no tempo longo de contato dos membros mais antigos do laboratório, se construiu uma série de pesquisas parciais, das quais os fragmentos organizados na Antologia são apenas a ponta do *iceberg*. Tributária da abordagem antropológica de Françoise Choay; da atenção de Marcel Roncayolo ao território, às temporalidades e às espacialidades determinadas pela cultura; e da atenção sociológica de Christian Topalov às “nebulosas” e ao vocabulário empregado, o viés de pesquisa do leU insistiu no tramento dos *corpora* documentais sobre os autores estudados a partir de uma perspectiva transnacional, examinando as redes das cidades e regiões do Brasil, seus conceptores, suas formas, suas poéticas.

O trabalho da Antologia e da *Cronologia* desenhou novas intersecções, pontuando esse novo extenso de contatos e de laços sociais no campo da cultura de maneira não abstrata, mostrando formações, continuidades, rupturas e esgarçamentos nas interações sociais entre



diferentes redes sociais observadas em um mesmo intervalo temporal. Mostrou, enfim, como se disse, os conflitos entre as diferentes práticas que as sustentavam e, sobretudo, uma interação, mais do que entre nações, entre cidades cujas alianças, tanto quanto as tensões, são mutáveis na longa duração.

Tão submerso quanto o grande corpo desse *iceberg* é a percepção de que as pesquisas para a Antologia formaram duas gerações de novos pesquisadores para os quais pensar por biografias, por cronologias, por cartografias – enfim, por nebulosas – é, em alguma medida, um saber encarnado. Seja pelos contatos de primeiro grau ou indiretos com os pesquisadores, seja pela mediação com vidas que se fizeram obras e nos afetaram, o processo de pesquisa nesses modos de fazer revivifica, atualiza, incorpora.

A invenção dos clássicos continuaria a nos interrogar em permanência nesta última década, complexificando a própria compreensão da arquitetura, do urbanismo e de suas histórias oficiais. Assim, nos perguntamos com frequência: por que tal texto deste autor foi considerado importante e foi publicado internacionalmente, se no Brasil foi um outro que ganhou maior atenção? Por que este autor italiano não figura em nenhuma antologia italiana, francesa ou alemã, mas seus livros integram a Biblioteca da Imperial Academia de Belas Artes e mostram-se extremamente pertinentes quando cotejados com as discussões entre seus pares em seu tempo? Quem os comprou, quem os leu? Quantos silêncios ainda encobrem a história da arquitetura e do urbanismo no próprio contexto europeu? Por quê?

Das pesquisas precedentes que havíamos feito,<sup>15</sup> haviam emergido atores e temas, como mencionado, mas como respeitar, de fato, suas biografias, entendendo-as no interior de um campo cultural – social e subjetivo específico e preciso – sem se debruçar sobre elas? Nas práticas do leU, um trabalho entre vida e obra, para além da noção de escolas, de movimentos, de estilos, tornou-se preponderante, e cronologias isoladas ou um processo intuitivo ou aleatório de escolhas e as associações iniciais de fontes já não bastavam. À medida que novas cronologias eram feitas, novos nexos, novas redes de sociabilidade eram estabelecidas.

A feitura e as faturas da *Cronologia do Urbanismo* trouxeram ainda outras tantas interrogações sobre o significado de cada um dos nossos gestos de identificação de cada fonte, da captura de cada informação, sobre as possibilidades de associações e nexos entre elas, sobre as rupturas históricas anticonformistas, os momentos de crítica atentos à dimensão social, cultural e de mudança tecnológica. Enfim, sobre os momentos de explosão de conflitos e crises – guerras, revoltas, insurreições –, mas também sobre aqueles que haviam sido de pura repressão, intimidação, violência e aniquilamento das diferenças.

No caso do Brasil, com a contínua organização nas diferentes cronologias, das biografias e datação de temas e problemas, alguns dos momentos privilegiados de debates sobre as cidades foram se tornando claríssimos.

Não se tratava de se contentar com a emergência de uma interpretação ingênua ou atribuir seja uma autonomia, seja uma autoridade das fontes, mas de se abrir a perscrutar as associações que emergem na errância tateante da crítica, da autocrítica, no estabelecimento de uma possibilidade de conclusão.

Aqui, a errância exige disciplina, mas nada tem a ver com disciplinarização. Abre-se para a complexidade e infinitude inextricáveis da vida, para a qual a narratividade busca dar inteligibilidade e intertextualidade, guardando sua parte de segredo e intriga. (RICOEUR, 1983) Portanto, uma hermenêutica de indícios cruzados permite, entre as nebulosas de ontem e de hoje, se reinventarem vidas cruzadas que podem existir uma vez mais reverberando em nós.

Esse processo crítico de atualização da escrita da história, de “construção e destruição de unidades” (CERTEAU, 1990), se fez presente cotidianamente nas pesquisas da Antologia em seus modos de fazer, e seus resultados podem ser evocados em pelo menos quatro direções. A reincidência do trabalho no leU de pesquisas sobre autores estrangeiros, muitas vezes consagrados em outras antologias, não reproduziu acriticamente perspectivas e recortes.

Portanto, em primeiro lugar, podemos chamar atenção para o

tensionamento e aguçamento da observação crítica sobre formas de narrativas. Assim, por exemplo, Quatremère de Quincy não foi tratado no trabalho silencioso e de formação da antologia organizada pelo leU, apenas como autor de um fragmento de texto solto, acerca do tipo e do modelo, como seria o caso na *Antologia crítica* de Luciano Patetta, por exemplo. A partir de insumos de pesquisa da iniciação científica de Wagner da Silva Pereira Bahia, seu texto foi considerado como gesto de um ator histórico que age em um campo de debates específicos e tensionado pelo cruzamento de sua biografia com aquela de seus contemporâneos, como Joachim Lebreton e Vivant Denon, objeto de cronologias, ambas mais ou menos detalhadas, conforme o caso.

Contudo, pode-se destacar, em segundo lugar, que, à lista inicial, se acrescentaram ainda outros autores, temas e problemas devido ao tratamento de caráter exploratório e com fontes primárias dedicado aos autores pré-selecionados. Na verdade, enquanto processo aberto de pesquisa, no trabalho de prescrutar uma lista de autores internacionais e nacionais cuja proposição partiu inicialmente da coordenação de Pereira ainda no início dos anos 2000, esse procedimento várias vezes se repetiu. Disto é caso emblemático Benoît Jules Müre, figura-chave por trás do Falanstério de Saí, em Santa Catarina.

Incluído a partir do desdobramento das pesquisas sobre Charles Fourier e Victor Considerant, identificado na pesquisa de iniciação científica de Viviane Rodrigues e nas cronologias dedicadas a eles, Müre serve de pivô para entender a articulação entre as “nebulosas reformadoras” organizadas em associações fourieristas na França. Sua mobilidade transcontinental e seus arranjos e compromisso junto a outras ações coletivas, no Brasil, teve seu significado social desvelado somente ao longo das investigações originais. São ações de grupos que, ao vislumbrarem e lutarem por um novo horizonte para a vida coletiva, criam espaços de institucionalização, difundindo, durante a primeira metade do século XIX, não só certas teses, mas também contribuindo para a invenção de termos e conceitos novos, como “socialismo” e “socialista”, cujos usos sociais na língua portuguesa são hoje naturalizados.

Em uma terceira direção, podem-se apontar os processos de ressignificação, por vezes violentos, que puderam ser apontados e interpretados. Por exemplo, em contraponto à ideia de uma empreitada fracassada em Saí, tatear as atividades da Associação União e Indústria – reconfigurada como “névoa” que apenas se percebe – e desvendar suas diferentes articulações no Brasil permitiu pensar a potência das nebulosas reformadoras no país e como perseveraram em outros projetos, com outras configurações, cujo sucesso silencioso escamoteou enormes lutas sociais. Isto também foi notável, seja na luta de utopistas, feitos artesãos modestos e aguerridos na construção da estrada da Serra da Estrela<sup>16</sup> e quiçá de cidades, a partir da hipótese de sua participação na construção de Petrópolis; seja a luta dos grupos políticos de elite no governo da Corte, como é possível pensar, encorajados pelos desdobramentos e aportes de pesquisa de Priscilla Peixoto sobre Paulo Barbosa, mordomo da Casa Imperial.

Enfim, em quarto lugar e numa quarta direção que os trabalhos da Antologia se desenvolveram, poderíamos salientar a revisão de alguns autores que, como Müre, basculam mundos. É o caso de Manuel de Araújo Porto-Alegre com relação à Academia Imperial de Belas Artes e à Academia Militar, ou talvez, para falar de uma figura menos conhecida, de Pedro de Alcântara Bellegarde, já citado, objeto de pesquisa de iniciação científica de João Sayd.

Este último, engenheiro, foi o responsável por conceber uma nova escola de formação de “arquitetos medidores” em Niterói, que se dobra sobre as duas academias e desdobra na instauração de um novo perfil profissional, que poderíamos dizer se tratar, talvez, de um “urbanista”.

Finalmente, e de forma ainda mais clivada que no caso de Pedro de Alcântara Bellegarde, temos figuras cuja ação pedagógica ambicionou ainda mais radicalmente a *bildung* total dos homens, como é possível pensar a partir do estudo da biografia de José Bonifácio, já mencionado, mostrando sua face para além daquela de político e cientista como pensador da vida coletiva e das cidades. (MAGALHÃES, 2018) Aqui afetado pela sua aposta radical numa ação transformadora, na qual a educação tem papel de destaque, observa-se um Bonifácio que

deseja a transformação radical das condições materiais e imateriais de possibilidade existencial e o “sonho do patriarca”, como diria Lucio Costa. Isto é, a Brasília de José Bonifácio, como perceberam Costa e, de outra forma, Joaquim Cardozo, poderia nortear novas possibilidades de ser Brasil, novas possibilidades de ser brasileiro e, sobretudo, novas possibilidades de ser homem.

Ao se acumularem as práticas e discursos dos diferentes atores e potenciais autores a figurarem na sempre incompleta Antologia do urbanismo no Brasil, à medida em que as informações iam sendo espacializadas nas datas, nas cidade e nos países nos quais habitavam ou atuavam, seus projetos para cidades novas, de intervenções e reformas em cidades antigas, de rompimentos com formas tradicionais de vida coletiva, seus itinerários profissionais e pessoais, com suas afinidades eletivas, iam se aglutinando, se separando, se autonomizando, se concentrando, em tempos, em lugares, em cidades, definindo enormes constelações – ou, como passamos a chamar, enormes nebulosas. Nuvens formadas por feixes de ações de diferentes formatos que iam sendo desenhadas dentro e fora de tantas outras nuvens e, por sua vez, desenhavam a própria possibilidade de leitura de uma história do pensamento urbanístico; híbrido e plural, situado, concreto na espessura de cada corpo, de cada existência, de cada luta, de cada sonho, de cada história de vida. Muito além do foco inicial das pesquisas – o Rio de Janeiro.

Vistas de longe, as nebulosas formadas graças às cronologias cruzadas e à observância estrita de um mesmo *metron* – sempre um mesmo intervalo que pode representar um ano, um mês ou uma semana, por exemplo – possibilitavam identificar, em um mesmo recorte temporal, as redes de intercâmbio intelectual, acadêmico, científico e artístico e, ainda, as redes de cidades e instituições a partir das quais determinados círculos urbanísticos se organizavam, se movimentavam e agiam de maneira articulada.

Contudo, elas nem sempre eram sistêmicas, ou, por outra, elas se mostravam como sistemas abertos e, quando se comparavam regiões geográficas, tampouco eram necessariamente sincrônicas. Certas discussões se davam antes em certos lugares do que em outros e

inclusive, evidentemente, nas cidades latino-americanas ou em outros espaços tidos como periféricos. Por fim, as cronologias cruzadas, ao mostrarem configurações efêmeras e mutáveis, colocavam em questão a própria ideia de rede, obrigando a pensar as interações de modo flexível.

De todo modo, foi a indexação de inúmeras informações bio-bibliográficas sobre cada autor selecionado, dispostas em várias linhas de tempo, que permitiu que vidas e obras fossem comparadas e inter-relacionadas a outros eventos e, enfim, selecionados, entre idas e vindas, os textos e, sobretudo, os autores que seriam transcritos e traduzidos para a Antologia.

Na medida em que refletir sobre o tempo, sobre as temporalidades, sobre as visões hegemônicas de tempo e sobre as armadilhas às quais se está exposto ao pensar em termos cronológicos, algumas outras considerações são necessárias quando se trabalha com cronologias. De fato, elas exigem uma métrica rigorosa, como a adotada pelo leU na elaboração das suas cronologias para a captura das informações, e funcionam como uma pauta de notação musical nas quais se observam ritmos, cadências, pausas, silêncios, avanços, acelerações, fugas, recuos, errâncias, clímax, crises, latências, *leitmotiven*, dissonâncias.

É curioso notar o sem número de vezes nas quais o trabalho do laboratório com as cronologias foi confundido com uma visão linear do tempo, quando, ao contrário, são elas que permitem que sejam criadas cartografias das diversas temporalidades em presença, ou a própria construção histórica de uma visão de tempo linear, articulado e causal.

É notável como, em 20 anos, são milhares os livros e as exposições que se fazem acompanhar de linhas de tempo, e na internet igualmente são numerosos os aplicativos que permitem construí-las, mas pode-se dizer que, em grande medida, elas mais escondem do que despertam as discussões implícitas sobre a movimentação temporal de indivíduos, obras, movimentos ou formas construídas.

Foi um árduo trabalho justificar no meio acadêmico, nesses últimos 20 anos, que o uso de cronologias, ele próprio, nada tem com uma ideia de linearidade e muito menos de causalidade e sublinhar o

quanto, ao contrário, elas permitiam, em seu uso metódico, ver a construção de certos aspectos da vida coletiva ganharem a forma de problemas e as maneiras diferenciadas como estes passavam a ser enunciados de um local a outro ou de um autor a outro.

Em suma, o exercício especulativo para a identificação dos clássicos, sustentado pela métrica das cronologias, mostrava quando e onde certos temas eram não só enunciados e agregavam os atores, mas também fazia vê-los ser cotidianamente lembrados por um mesmo autor anos a fio ou, enfim, voltarem a ser debatidos na cena pública, após terem sido abandonados, às vezes, durante décadas. Entre outros tantos aspectos, as cronologias e as nebulosas formavam, apontavam rupturas ou formação de alianças e consensos, mas também desvelavam práticas e discursos ignorados no plano coletivo, muitas vezes por mais de séculos.

Pensar por nebulosas, pensar com nebulosas, pensar a partir de nebulosas. Tanto a força das imagens quanto a precariedade e efemeridade delas ou, ainda, sua movimentação mostravam seu potencial altamente político no que revelavam dos saberes eruditos – mas também de seus limites – e da observação de ondas de autoritarismos, de hegemonias, de dominações culturais, científicas e políticas. Pensar por nebulosas começava, assim, a impor-se para o leU como problema historiográfico, o que quer dizer no plano teórico e epistemológico, isto é, em relação a própria ideia de tempo, de conhecimento e história.

Nesse modo de praticar a escrita da história, o ato de interrogar o passado busca ser encarnado, uma coemergência daquilo que se toma como objeto do olhar e do discurso de observação e interpretação do próprio pesquisador. Isto é, tudo se situa no próprio impulso reflexivo, que se torna duplamente implicado: tanto em um presente naquilo que o pesquisador experimenta quanto naquilo que extrai do rumor das narrativas sobre o vivido e até então permanecia latente e sob silêncio, seja como uma violência, seja como um desejo, mas que, enfim, se impõe como algo a ser pensado. É essa memória que se delinea como objeto historiográfico, como tema a ser objetivado, para que seja alçada a ser uma possibilidade de meditação compartilhada em relação às tábulas plenas de memórias de tantos presentes.

Como rememora Aline Couri Fabião, pesquisadora na área de arte e mídias digitais, ainda no tempo que começou a participar do laboratório e fazíamos cronologias enormes em papel em 2002:

O método segundo o qual o grupo trabalhava com a Antologia já desvelava tanto o seu caráter aberto quanto a variedade de fontes mobilizadas e cruzadas para, a partir de inúmeras conexões, se construir hipóteses e conclusões, sempre conscientes de sua transitoriedade.<sup>17</sup>

## TRADUZIR: UMA CONDIÇÃO DUPLAMENTE ERRANTE OU DIZER COM O OUTRO

Em *Rio de Janeiro, l'éphémère et la perennité – histoire d'une ville au XIXème siècle (1988)*, as palavras e o que querem dizer haviam ganhado o centro das atenções do próprio trabalho de Pereira no que diz respeito ao significado das palavras “história” e “arquitetura”. Inspirada por Choay em *A regra e o modelo*, livro da autora sobre o urbanismo, a questão colocada então era se, culturalmente, esses termos teriam o mesmo significado para um europeu, um americano ou, enfim, para um brasileiro. Tomou-se como hipótese que esses termos não eram invariantes culturais e buscou-se, então, refletir sobre o que o deslocamento de sentido das próprias palavras “história” ou “arquitetura” de uma cultura a outra significaria para as práticas arquitetônicas e urbanísticas.

Na França, a linguística e a análise de discurso haviam se tornado um campo cada vez mais relevante de estudos desde os anos 1970-1980, como se viu com Berman, mas também com Bourdieu. Na área de urbanismo, mais uma vez, foi F. Choay quem alertou para o problema não só do uso cultural das palavras, mas da tradução, com suas críticas à primeira tradução de Alois Riegl para o francês.

A seleção da obra de autores estrangeiros para a Antologia, além da problemática de duvidar de fontes secundárias, cruzar fontes secundárias



e primárias e estas entre si, rapidamente colocou, também, o problema do uso de termos nas diversas línguas e, de modo geral, a questão sobre a tradução. Mas não só como vimos no caso do título da Antologia de Françoise Choay. A questão se colocou em termos do domínio de um vocabulário específico e técnico para as áreas de arquitetura e urbanismo em certos períodos, em certas línguas, e colocou, ainda, os pesquisadores diante dos autores tanto na interação com as suas obras em geral quanto com o texto selecionado.

Ora, uma tradução é sempre um objeto mestiço e rapidamente teve-se que levar em conta as reflexões em torno de uma certa terminologia disciplinar e as acepções que um mesmo termo poderia ganhar nos seus usos por diferentes grupos culturais, por diferentes autores, inclusive tendo que se decidir até onde estabilizar ou desestabilizar as diferenças percebidas para garantir o respeito ao autor e ao seu próprio percurso intelectual e inteligibilidade do conteúdo ele mesmo.

De fato, como mostrou Antoine Berman (2002):

[...] uma tradução mantém com uma obra uma relação não apenas *sui generis*, mas mais profundamente, mais ‘responsável’ que outras relações; ela tem o poder de revelar aquilo que é, na obra, origem (e, inversamente, ela possui o poder de esconder esta possibilidade de si mesma) e isso indica que ela mantém uma certa relação de violência. Onde há revelação de algo que é oculto, há violência. Esta violência da tradução leva igualmente a uma imediatez, não menos violenta, que a que preside à delimitação mútua tanto das línguas quanto de suas mestiçagens.

Enfim, uma obra, qualquer obra, “é uma realidade carnal, tangível, vivente ao nível da língua. É sua própria corporiedade [...] que a torna viva e capaz de sobrevivência ao longo dos séculos”. (BERMAN, 1985, p. 76)

De modo mais coletivo, a desnaturalização das práticas de linguagem tornou-se cada vez mais frequente na organização da Antologia com o crescimento das preocupações historiográficas no laboratório. As dificuldades na estabilização de sentidos e significados atribuídos aos termos e, portanto, a atenção aos autores e à relação entre o texto, a leitura e os leitores tornaram ainda mais evidente o papel

de regulação, inclusive das práticas discursivas, desempenhado pelas próprias antologias, pelos dicionários técnicos, mas também pelo *atelier*, pelas escolas, pelas universidades.

Um mesmo fragmento em inglês, italiano e francês do texto *Ornamento e delito*, de Adolf Loos, ilustrou com clareza as dificuldades de tradução para a Antologia. Pode-se perceber que as dificuldades dos tradutores sempre no mesmo trecho – que mostrava-se sempre truncado e incompreensível –, advinham, no caso, do próprio Loos, ao buscar formular algo sobre o qual não tinha clareza e que, até então, figurava no terreno de um impensado.

O diálogo do leU com o projeto *Les Mots de la Ville* – organizado por Christian Topalov e colaboradores, cujos resultados parciais foram reunidos no livro *A aventura das palavras da cidade, através dos tempos, das línguas e das sociedades* – sublinhou os usos culturais dos termos, as disputas e os conflitos entre os sentidos das próprias palavras, o que se estendeu para as próprias imagens.

Para alguns leusianos, o desejo de construir uma antologia data de poucos anos. Para outros, este já está até esquecido, diante de outros objetivos aos quais foram convocados a responder, ou seja, já nem se lembram mais do processo através do qual chegaram aos seus próprios objetos de estudo. No entanto, a Antologia, desde o início, acabou configurando uma espécie de território de amadurecimento teórico infinito e diferenciado, tanto de trabalho quanto de vida. Ela dependeu (e ainda depende), antes de tudo, do movimento e do desejo de cada um – a partir dos objetos de estudo que se elegem e aos quais se dedica – em interrogar-se sobre a cidade invisível, familiar ou estrangeira<sup>18</sup> que sente como sua e, ao torná-la um objeto de discurso, buscar fazê-la para além de uma memória individual, uma história comum.

Daí a atenção aos atores, começando por tratar a si mesmo como um outro em uma “participação impartícipe”, como teorizava Mario Perniola<sup>19</sup> estudando o pensamento de Inácio de Loyola e os seus exercícios espirituais. Isso é, um agir e uma forma de objetivação que se dão a partir de um modo de subjetivação que é, ao mesmo tempo, de um corpo situado mas que busca incorporar aquilo que

lhe é outro, sabendo-se incompletude e constante mudança. Enfim, daí a atenção a como se escreve qualquer texto – uma tradução ou a própria história – e, portanto, uma atenção a como se narra, como se diz e desdiz, e às questões historiográficas em um determinado momento, em uma situação e sob condições específicas.

Pouco a pouco, definiu-se no leU tanto um certo vocabulário quanto um “antidicionário”, composto por noções a serem evitadas na história da arquitetura e do urbanismo por contribuírem para construir interpretações “desencarnadas”, que não consideram os próprios atores.

Nesse quadro, o outro está em si e em toda parte, lá onde ele se manifesta e (co)move. Diante desse cliente coletivo que é a cidade e para o qual tanto se volta o que age interpretando quanto aquele que interpreta agindo, já não se pode falar de edifícios isolados ou individualidades, e a arquitetura só pode ser vista como uma arquitetura da cidade indissociável do urbanismo. Talvez só se possa falar de espaços trans-históricos, transculturais e transsubjetivos.

No leU, tem-se buscado construir histórias dessa arquitetura da cidade e desse urbanismo vistas como memórias e histórias de gestos de cultura movendo-se entre culturas. Como corpos e formas que conformam o presente, elas exigem um respeito cuidadoso sobre o que são e, sobretudo, o que buscaram a tal ponto de não nos deixar esquecer que suas vozes irrompem como reminiscências, lembranças, intuições e, principalmente, como objetos de estudos na atualidade.

Trata-se, assim, de interrogar esses objetos de estudo para além de seu próprio lugar social, em suas condições de possibilidade de ação, mas também em seus insucessos, em suas falhas, em seus rastros, tornando um pensável aquilo que percebemos como herança e dissimulação ou o que, como horizonte de esperanças, faz torná-las críveis ou possíveis.

Assim, não se trata de focar as práticas mantendo um olhar a-histórico, atemporal e ageográfico, nem tampouco de um urbanismo utópico ou distópico, mas de um urbanismo concreto que se pratica no interior de espaços sociais e políticos como instância sempre ativa e específica: um urbanismo, certamente, mas também um urbanismo

no Brasil. Isto é, um urbanismo temporal, geográfica e historicamente situado em um tempo, em um lugar e a partir de ações que não são indeterminadas, mas precisam ser construídas como foco de atenção e serem objetivadas para ganhar alguma inteligibilidade. Dito de outra forma, devem atingir possibilidade de compartilhamento e de expansão crítica. Essa é uma prática que, no jogo entre culturas, busca dar realidade a projetos e sonhos específicos em um quadro no qual os pactos, por serem não necessariamente verbais e fechados sob a forma de lei, de modelos, de regras, convocam à observação, à reflexão e ao discernimento.

A poética que moveu a formulação inicial da Antologia, a sua natureza como obra que permite estabelecer transversalmente comparações, conexões, declinações e inflexões em torno de tema, de par com motivações culturais e pedagógicas, resultou em um longo programa de estudos e debates. Contudo, esse urbanismo e essa arquitetura sobre os quais se medita só poderiam ser um objeto teórico movediço – isto é, atópico, justamente porque é sempre passível de ser reinventado a partir de uma crítica de suas próprias pretensões e dos limites do que acabou de buscar instaurar e já é passado. Daí seu nomadismo, sua errância.

## PEQUENOS E GRANDES VÍCIOS: UM VOCABULÁRIO IMPLÍCITO E SUAS FIGURAS DE LINGUAGEM

Certeau alertava que um campo de pesquisa é circunscrito se os meios teóricos de se trabalhar nele permanecerem “mal definidos” e as operações culturais observadas permanecerem, de certo modo, descritas “por metáforas”.

Seu conselho é relevante e o próprio modo de pensar a história da arquitetura e do urbanismo que temos buscado praticar levou-nos não só a nos servir de metáforas, mas também a investir nesse uso – como no caso das nebulosas – como problema teórico. Contudo, o universo intelectual em torno do qual o leU se move é sustentado,

de certa forma, por um vocabulário cheio de palavras usadas quase como um vício e facilmente identificável.

“Desnaturalizar”, “historicizar”, “tematizar”. “Ator”, “práticas”, “visão de mundo”, “recepção”, “campo”. “Condições de possibilidade”, “historicidade”, “temporalidades”. “Construções identitárias”. “História situada”, “História encarnada”, “História conectada”. “Sentido”, “significado”. Várias dessas palavras vêm sendo criteriosamente empregadas em círculos próximos da história, antropologia ou da filosofia. Mas, nos debates nacionais da área de arquitetura e urbanismo, continuam, muitas vezes, a serem usadas como palavras entre outras, sem maiores implicações com um posicionamento teórico e epistemológico. Contudo, como se sabe, é cada um desses termos que, em cadeia, sustenta os significados específicos uns dos outros e a própria abordagem teórico-metodológica das atividades de pesquisa, auxiliando a construir os objetos de estudo e a problematizá-los.

Falando da noção de viagem intelectual e corpórea em Blaise Cendrars e do significado, em sua obra, de certas palavras, como “América”,<sup>20</sup> Ortiz lembra, por exemplo, como as reflexões de Reinhart Koselleck (2006) e a sua “Begriffsgeschichte” foram amplamente discutidas nos cursos do leU dedicados à historiografia.<sup>21</sup>

A partir desses deslocamentos sucessivos, dessas viagens e desses movimentos que imbricam corpo e intelecto na própria forma de conhecer e reconhecer-se, na própria forma de escrever ou projetar, propor ou prever, Ortiz explorou a construção da ideia de novo mundo e de América que atravessa a obra de Blaise Cendrars, inclusive em seus diálogos com Le Corbusier.<sup>22</sup> Por outro lado, sublinhou como, desde 1913, com a publicação de *La prose du Transsibérien et de la Petite Jehanne de France*, o poeta evidencia a viagem e os seus diversos deslocamentos – intelectuais e corpóreos – como parte fundamental do processo criativo e de uma reinvenção de si.

Na perspectiva da proposta que foi sendo desenvolvida no leU, inclusive às vezes temática, tanto Ortiz como Magalhães ou Peixoto fixaram-se ainda na experiência americana, particularmente brasileira. Ao focar

na viagem, definindo-a como um deslocamento poético, do corpo e da mente, a pesquisa sobre Le Corbusier, no caso, permitiu experimentar um modo de fazer que contempla a criação de cartografias de deslocamentos, discursos e afetos.

“Geografias reencontradas” foi o termo utilizado por Ortiz para colocar não somente a questão do corpo no centro do campo da história da arquitetura e do urbanismo, mas também de uma história americana dos corpos em movimento.

De todo modo, nessa relação entre biografias e viagem e empréstimos culturais, Koselleck – ao defender que as palavras são igualmente construções socioculturais no espaço-tempo e, desse modo, podem ser reatualizadas, reapropriadas e ressignificadas em diferentes contextos – estabeleceu uma importante relação entre linguagem e história.

Em duas décadas, alguns termos têm servido para falar das biografias intelectuais e profissionais dos autores pesquisados, suas redes de sociabilidade, suas obras e sua recepção social e, por fim, auxiliaram na escolha e hierarquização dos seus textos e na seleção de suas realizações mais férteis no interior do próprio feixe de arranjos e combinações de sentidos. Contudo, como se disse, elas denotam, sobretudo, uma posição teórica que se nutre de uma avaliação permanente do campo científico na área das ciências humanas e sociais, ele mesmo movente como uma nebulosa.

Embora seja uma “exterioridade” necessária e determinante do próprio sentido de uma obra e de um percurso que, na opacidade do passado, pouco a pouco, delineia e move a investigação ela mesma, a história que as biografias intelectuais engendram tem, com frequência, conseguido ultrapassar a ideia de uma história operacional.

Dissertações, teses, artigos, livros e exposições que vêm, assim, prescrutando autores, tempos e temas muito diferenciados, mas que enfocam culturas citadinas e urbanas em suas práticas no Brasil.

Esse modo de fazer pesquisa torna-se mais explícito no relato de Priscilla Alves Peixoto.<sup>23</sup> Membro do leU desde a iniciação científica, ela dedicou seus estudos a Manuel de Araújo Porto-Alegre – autor

pré-selecionado para compor a Antologia por seu interesse pela arquitetura e por temas americanistas que incidem em sua prática, começando pela própria ideia de natureza e que atravessa, ainda, a obra de Bonifácio, Grandjean de Montigny ou Le Corbusier, por exemplo, autores também contemplados nos grupos de estudos do leU.

Peixoto trouxe uma visão de Porto-Alegre ainda mais fina, primeiramente quanto à visão de cidade e aos projetos de intervenção concebidos para o Rio de Janeiro, chamando atenção, ainda, para outros personagens capitais, para a própria história do urbanismo<sup>24</sup> na primeira metade do século XIX.

Gradualmente, seu olhar voltou-se para Françoise Choay, autora, ela própria, em 1965, de uma das primeiras antologias da área – *Urbanismo: utopias e realidades*. O processo intelectual e a forma de construção narrativa dos livros de Choay vinham permitindo debater questões historiográficas na área de arquitetura e do urbanismo desde a década de 1980. Contudo, com o trabalho de Peixoto (2018), sua biografia se tornou um verdadeiro objeto de estudo, trazendo dimensões originais sobre seus contatos com Michel de Certeau e ainda outras contribuições relevantes, para as quais Choay contribuiu graças aos seus contatos com Lévi-Strauss, como a lenta aproximação entre antropologia e arquitetura a partir da década de 1960.

Nesse fazer, a cronologia tem trazido para o primeiro plano, a cada vez, outras tantas nebulosas formadas pelos percursos, trajetórias, rompimentos ou errâncias de obras, atores ou conceitos, estudados, recompondo-as. Essas camadas de nuvens e de névoas sucessivas permitiram perceber que heróis ou homens ordinários estavam situados tanto quanto suas práticas nas cidades, ou à sombra de seus muros, e, assim, radicalizar as reflexão sobre os regimes de rememoração e historiográficos e sobre o que se quer dizer ao falar do passado.

Na atualidade, Karolyna Koppke, por exemplo – depois de ter contribuído com estudos sobre as relações entre várias figuras do municipalismo no século XIX e o urbanismo e, com eles, iniciado-se no tema das biografias intelectuais como membro do leU em

uma fase de sua formação –, voltou-se, mais recentemente, como bolsista e pesquisadora da Casa de Rui Barbosa,<sup>25</sup> para o percurso de Grandjean de Montigny no âmbito do projeto Gosto Neoclássico, que o laboratório desenvolve com Ana Maria Pessoa dos Santos, daquela instituição, e Ana Lucia Vieira dos Santos, da Universidade Federal Fluminense (UFF). Depois de corrigir e desenvolver ainda mais as cronologias que balizam o perfil daquele que foi um dos fundadores da Escola Real de Ciências Artes e Ofícios, Koppke vem dando atenção à fatura de cada registro iconográfico feito por ela em um trabalho que estava à espera de ser implementado.

Isso resulta que, embora composta por vários biografados, o foco da pesquisa, muitas vezes, desloca-se da antologia propriamente dita para privilegiar os modos de subjetivação e de objetivação de cada autor e como, a partir de interações e coemergências de diferentes intensidades e naturezas com as coisas no interior do campo social, erige suas poéticas. Talvez possa se falar de uma antologia “errante”, para evocar Berenstein-Jacques, ou nos nossos próprios termos uma antologia “nômade”.

Essa forma de historiografia solicita os corpos, porque os corpos estão situados em tempos e lugares precisos, e fala de corpos escritos pela experiência de outros corpos, mediados pelo viver cidades.

Os germes dessas experiências continuam, com frequência, vida a fora, reverberando modos de fazer de nebulosas intelectuais e de ação<sup>26</sup> para as quais a história sempre se escreve a partir de uma desestabilização crítica do presente e das dúvidas que provoca.

Se, de início, como se vê, pensava-se que a antologia poderia ser algo simples, como a elaboração de uma simples coletânea de textos, o cotidiano das pesquisas mostrou que esse era um exercício bem mais árduo e complexo. Erigir o urbanismo no Brasil como objeto teórico significava reposicionar um certo número de perguntas ligadas à história de práticas urbanísticas na história moderna, mas igualmente à própria escrita da história.

Os conjuntos de textos publicados pelos membros do leU e a Antologia do Pensamento Urbanístico – sempre inconclusa em seu caráter, como



se disse, fragmentário – evocam a prática de pensar territórios, planejar cidades e a vida coletiva ou concorrer por diversos meios para essa condição de viver juntos como um objeto teórico. Ademais, evocam criticamente a prática no Brasil, na maioria das vezes associada também a certas ferramentas materiais – como o desenho e a reprodução de modelos, com ênfase na materialidade. No entanto, muitas vezes em territórios culturais, a memória, antes de tudo, está inscrita nos corpos, nos gestos, nas ações, nos hábitos.

Para ver as nebulosas da história, são necessários observatórios e lunetas dotadas de lentes de diferentes alcances, apontadas para várias direções, e faróis que, com sua luz intermitente, guiam, clareiam, obscurecem; guiam, clareiam, obscurecem de novo... Diante de horizontes que o ultrapassam, o leU, esse pequeno coletivo, pode ser e é um espaço de iniciação à atividade científica que ainda tanto se aparenta a um cais quanto uma sucessão de estranhas viagens que se faz, de início ou por vezes, sem sair do lugar, à beira deles, apenas observando a presença – ou seria um chamado, de uma luz vacilante ao longe. É disso que parecem falar, por exemplo, os membros do laboratório quando resumem as suas próprias experiências diante do esforço que vem sendo feito de dar o significado de uma *bildung* à própria pesquisa como arte de interrogar-se com o mundo e que se dá na ação dos próprios autores selecionados para a Antologia.

De fato, utilizando-se do pensamento metafórico do qual o leU se serve, Magalhães aproveita-se do universo marítimo e líquido da experiência americana para pensar as próprias práticas leusianas que têm buscado, mais do que ser, construir um “farol”:

Sobre o cais de heranças, construímos um farol... Lançamos sua luz obstinadamente sobre o mar como sobre o mundo que se imaginou conquistado. E também sobre o solo que se queria familiar. Entetanto, sua luz tateia e inventa novas imagens, até então insuspeitas. O farol faz tábula rasa do mundo a sua volta. Não por anulá-lo pela simplificação, como no emprego mais comum da expressão, mas por buscar reconduzi-lo ao grau zero do juízo sobre o próprio mundo. Tudo que sua luz alcança deve ser ajuizado de novo.

Esse farol historiográfico é da ordem da arqueologia e do nomadismo.<sup>27</sup> Seu dedo de luz háptica, tateante, investiga sempre com o brilho de uma primeira vez, recuando o protagonismo dos objetivos e da confirmação de concepções prévias.

Obriga-nos conscientemente a silenciar nossas bibliografias secundárias, abdicar das interpretações canonizadas. E, necessariamente, a confrontar com os indícios materiais em toda sua diversidade [...]<sup>28</sup>


Ora, essa atitude, portanto, obriga a não salientar a contribuição das fontes secundárias e dos conceitos com os quais se trava um embate, o que não significa que não se construa um diálogo evidente com pares. Ao contrário, apenas evita-se transformar os seus livros em referências cujas ideias se aplicam mecanicamente, como uma doutrina, sem se atentar às suas condições e circunstâncias específicas de enunciação.

O protagonismo é menos dos intérpretes do que aos atores e, portanto, ao lugar de quem fala – as fontes primárias – e, assim, ao embate com a obra claramente tornada uma “experiência”, seja ela arquitetônica, urbanística, iconográfica ou textual de copresença do leitor e do que se lê, do historiador e de seus objetos de estudo. De todo modo, são narrativas que têm buscado observar condições precisas de existência e que, em um duplo afloramento, borram a própria ideia de tempo, de história, de alteridade ou identidade na operação que a escrita da história pressupõe.

Na construção dessa espécie de memória coletiva tentada aqui, vê-se esboçado, portanto, um “atlas de afetos”, no dizer de Ortiz, e se estrutura uma conversa sobre a história de um trabalho colaborativo, mas que também privilegia discursos individuais e situados, porque deles não só emergem questões e um vocabulário que o grupo de pesquisa compartilha, mas porque eles delineiam o próprio éthos das pesquisas do laboratório. Memórias que insistem em pensar e interagir com corpos feitos, em sua materialidade pretérita e em suas circunstâncias de existência presente e que são como um manifesto por uma história nos corpos.

Entretanto, o leU pode ser ainda o gabinete de iniciação às *mirabilis mundi* em que aprende-se a pensar-se por biografias ou a interpretar cartas e imagens ou, ao ver-se em partes do outro ou a estranhá-lo, tentar saber o porquê.<sup>29</sup> É a isso a que se refere Aline Couri Fabião<sup>30</sup> – ou a um pensar por *loopings*, por montagens, associações, bordas ou dobras, montando, assim, uma infinidade de nebulosas intelectuais e afetivas, uma infinidade de elos sociais formados por outros tantos nexos entre cidades e entre os atores aí situados, os quais, em seus gestos, individuais e coletivos, desafiam o próprio campo do conhecimento.

A servir a esse labor, o leU pode ser visto, enfim, como uma demora, lugar em que se repousa, por um momento, da observação sempre mutável e fugidia dos céus da história para enfrentar essas figuras, que, com suas identidades e difrações e suas leituras ativa de mundos, construíram cais, muralhas e fronteiras, mas também as paisagens de solidariedade e liberdade que nos colocam em movimento e das quais somos feitos.



## NOTAS

- 1 Citemos, por exemplo, as contribuições de Silvia Arango, Jean-Louis Cohen e Christian Topalov no plano internacional e, sem dúvida, o debate crítico contínuo com Paola Berenstein Jacques e com o Laboratório Urbano, desde 1999, quando nos conhecemos.
- 2 Foi para enfrentar algumas dessas questões nas situações em que isso foi possível que, em 1999, por exemplo, criou-se a disciplina de História das Teorias de Urbanismo, no Departamento de Urbanismo e Meio Ambiente da UFRJ.
- 3 Nota-se a esse respeito, por exemplo, a carência de debates sobre a dimensão estética da forma nos currículos das disciplinas de história e de *atelier* – o que confunde a arquitetura com questões apenas de construção, ignorando, portanto, as questões antropológicas. A própria expressão “architecture parlante” – que designa a capacidade discursiva dos objetos ou dos lugares, teorizada a partir do século XVIII e discutida e estudada por tantos autores e em diferentes campos com outros nomes, desde então – é praticamente ausente das aulas chamadas “teóricas” ou “práticas”.
- 4 Em português: formação, instrução, cultura.
- 5 A palavra “mundus” ganha aqui o seu sentido arcaico, em muitas civilizações, como o lugar de todo começo: buraco que se cavava quando se fundavam novas povoações e onde se enterravam sob o altar de culto comum as premissas que regeriam a vida coletiva e que reproduziam aquelas da povoação de onde seus habitantes eram originários.
- 6 Essa reforma foi levada à frente durante a direção de Benetti e se refletiu na disciplina de Projeto de Arquitetura 5, em diversos *ateliers*, como os liderados por Flávio Ferreira e Sergio Magalhães, Paulo Jardim em 2003 impactando os trabalhos de alunos de graduação e de pós-graduação.
- 7 Essa pesquisa, que mobilizou diálogos fecundos com o setor de reprografia e de digitalização de documentos da Biblioteca Nacional, preocupava-se também com a preservação da memória da UFRJ e da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo (FAU) e foi desenvolvida em parceria com Elisabete Rodrigues de Campos Martins. Naqueles anos, desenvolveu um esforço memorável no soerguimento do Núcleo de Pesquisa e Documentação (NPD) da FAU-UFRJ, cujos acervos estavam em relativo abandono.
- 8 Cf. *A experiência de viagem na formação do arquiteto Grandjean de Montigny* pelos alunos de iniciação científica da PUC-Campinas Flavio Coddou e Lidiane Pereira, graças ao apoio da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp) 1995-1997.

- 9 “Pensar é construir, construir é pensar”. Essa é a frase inicial de um pequeno texto publicado por M. S. Pereira no jornal do CA-FAU/UFRJ, em 2001.
- 10 Os jovens membros do grupo à época, como Magalhães, já mobilizados em torno dos debates sobre a ideia de universidade e pouco a pouco pela ideia de cidade em José Bonifácio, tiveram um papel importante na aproximação do leU com pesquisadores do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e da Escola Nacional de Ciência Estatística (Ence), como Nelson Senra e Alexandre Camargo.
- 11 Walter Benjamin, no artigo “Erfahrung und Armut” (“Experiência e pobreza”), de 1933, contrapõe uma experiência transferida como *Galvanisierung* e aquela de uma atualização como *Wiederbelebung*.
- 12 O trabalho de seleção dos clássicos para a antologia era extremamente lento, enquanto as cronologias permitiam disponibilizar as informações reunidas com rapidez. Essas considerações também estimularam o grupo a migrar para uma plataforma digital, e assim nascia a primeira versão da *Cronologia do Urbanismo*. O trabalho conceitual e de *design* de Fabião para a *Cronologia* ganhou o prêmio de iniciação científica do Centro de Letras de Artes da UFRJ em 2003 e foi mostrado na Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC) em 2004 com grande repercussão.
- 13 Na verdade, Warburg, discípulos e contemporâneos eram familiares do curso de especialização em História da Arte e da Arquitetura da PUC-Rio por conta dos estudos sobre os jesuítas e o barroco – Wölfflin, Riegl, Sedlmayer, Panofsky e Cassirer – desde o fim dos anos 1980. Maria Angelica Silva, aluna daquela universidade, fez um estágio no Warburg Institut, em Londres, em 1993, com recomendação de Pereira. Contudo, sua obra não era conhecida no ambiente da FAU-UFRJ e tampouco era estudada no leU naqueles anos. Nota-se que ela não havia sido estudada plenamente, pois ainda carecia de traduções, transcrições e de divulgação, atenção que acabou recebendo na década seguinte.
- 14 Depois que a biblioteca foi transferida para Londres, tornando-se parte da University of London e deixando de ser privada, Warburg não pôde ficar alterando a posição dos livros de modo a organizar seu pensamento. Isso levou Fritz Saxl – que colaborava, desde 1913, muito proximamente com Warburg, inclusive dirigindo a biblioteca quando este esteve internado, de 1921 a 1924 – a introduzir a ideia das montagens sobre as pranchas, que futuramente compuseram o Atlas.
- 15 Um índice de 25 autores para o tomo 1 e de outros tantos para o tomo 2 já havia sido estabelecido por Pereira no ano 2000, autores sobre os quais o grupo, em suas dissertações e teses e trabalhos de iniciação científica, passou a desenvolver, ano a ano, pesquisas.

- 16 Estrada que subia do Porto de Estrela ao fundo da Baía de Guanabara para a Serra do Mar.
- 17 Aline Couri Fabião, depoimento ao leU, ago. 2017.
- 18 Para um maior desenvolvimento entre a figura do estrangeiro e da tábula rasa, veja: Margareth da Silva Pereira, *O lugar contingente da história e da memória na apreensão da cidade. O historiador, o estrangeiros e as nuvens*, 2013.
- 19 O filósofo italiano Mario Perniola dedicou-se ao pensamento de Inácio de Loyola e pudemos discutir longamente em torno da história da Companhia de Jesus no Brasil e sobre o barroco em fins dos anos 1980, quando esteve como professor visitante do Comitê Brasileiro de História da Arte e do curso de especialização em História da Arte e Arquitetura no Brasil na Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio).
- 20 Daniela Ortiz dos Santos, depoimento ao leU, jul. 2017.
- 21 Mário Magalhães e Margareth da Silva Pereira preferem traduzir *Begriffsgeschichte* por “história das noções” ou “história dos termos”, e não por “História dos conceitos” – como usual em várias línguas. Ambos acreditam estar, assim, mais próximos do deslocamento epistemológico que Koselleck buscava construir desde os anos 1970. Para Pereira, o termo “conceito” acaba por silenciar seu uso social, cultural e histórico, o que quer dizer a sua situação de enunciação e as condições de possibilidade de sua recepção científica e social. A *Begriffsgeschichte*, após fertilizar o campo das análises de discurso nos anos 1970 e 1980, foi naturalizada na própria França, onde foi traduzida como *histoire des concepts*.
- 22 É esse processo que evocam também, ao tratar seus objetos de estudo, Mário Magalhães, Priscilla Peixoto ou Karolyne Kopke.
- 23 Cf. Priscilla Alves Peixoto, depoimento ao leU, jul. 2017.
- 24 Vimos perguntando há décadas como nomear três séculos de práticas de concepção de cidades que pontuam a história da urbanização luso-brasileira e que se desenvolvem e se acumulam, antes, portanto, da organização do campo disciplinar que ganhou o nome de “urbanismo” ou “planejamento urbano”. Mário Magalhães (2018) enfrenta essa dificuldade epistemológica, ainda marcada por uma visão eurocêntrica, utilizando a expressão “saber sem nome”.
- 25 Cf. Gosto neoclássico.
- 26 Mesmo agindo em outras universidades e instituições, podem-se citar, por exemplo, Maria Angelica Silva, Juliana Loureiro, Iazana Guizzo e Daniela Brasil.
- 27 Pensamos aqui no Foucault de *Arqueologia do saber* e no Gilles Deleuze de “Tratado de nomadologia”.

28 Mário Magalhães, depoimento ao leU, jul. 2017.

29 São evidentes, para quem estuda Inácio de Loyola e o exercício da alteridade em seus *Exercícios espirituais*, as marcas do fundador da Companhia de Jesus na obra de Michel de Certeau, como se sabe, igualmente jesuíta. Conferir também Mario Perniola, por exemplo, filósofo próximo dos situacionistas em *O exercício da diferença*, em conferência que fez na PUC-Rio no curso de especialização em História da Arte em 1990, na qual expôs longamente essa forma de sentir que foi teorizada e ressignificada pelo romantismo alemão e que ambiciona uma forma de sentir que é um método baseado na experiência de uma “participação impárticipa” e que Perniola identifica, entre outros, em Inácio de Loyola.

30 Cf. Depoimentos *supra cit.*

## REFERÊNCIAS

- ALBERTO, K. C. *Formalizando o ensino superior na década de 1960: a cidade universitária da UnB e seu projeto urbanístico*. 2008. 337 f. Tese (Doutorado em Urbanismo) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2008.
- ALBERTO, K. C. *Três projetos para uma Universidade do Brasil*. 2003. 250 f. Dissertação (Mestrado em Urbanismo) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2003.
- BERMAN, A. *Bildung et Bildungsroman. Le temps de la réflexion*. Paris, v. 4, 1984.
- BERMAN, A. *L'auberge du lointain*. Paris: Le Seuil 1985.
- BERMAN, A. *A prova do estrangeiro*. Florianópolis: EdUSC, 2002
- BOURDIEU, P. *Homo Academicus*. Paris: Ed. de Minuit, 1984.
- CENDRARS, B. *Aujourd'hui*. Paris: Grasset, 1931.
- CERTEAU, M. de. *L'écriture de l'histoire*. Paris: Gallimard, 1975.
- CERTEAU, M. de. *L'invention du quotidien I: Arts de faire*. Paris: Gallimard, 1990.
- GUSDORF, G. *Le savoir romantique de la nature*. Paris: Payot, 1985.
- JACQUES, P. B.; PEREIRA, M. da S. *Nebulosas do pensamento urbanístico: tomo 1 – Modos de pensar*. Salvador: EDUFBA, 2018.
- KOSELLECK, R. *Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto: PUC-Rio, 2006.
- LOWENTHAL, D. *The past is a foreign country*. Cambridge: Cambridge University Press, 2015.
- MAGALHÃES, M. *O pensamento urbano de José Bonifácio: uma arqueologia de um saber sem nome*. 2018. Tese (Doutorado em Urbanismo) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2018.
- NASCIMENTO, E. F. *Arte e técnica na obra de Joaquim Cardozo: notas para uma biografia intelectual*. 2007. Dissertação (Mestrado em Urbanismo) –



Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2007.

RICOEUR, P. *Temps et récit: l'intrigue et le récit historique*. Paris: Seuil, 1983.

PEIXOTO, P. *Uma história do urbanismo em construção: as práticas historiográficas de Françoise Choay (1956-1971)*. 2018. Tese (Doutorado em Urbanismo) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2018.

PEREIRA, M. da S. *Corpos escritos: paisagem, memória e monumento: visões da identidade carioca. Arte e Ensaio*, Rio de Janeiro, ano 7, n. 7, p. 98-113, 2000.

PEREIRA, M. da S. *Rio de Janeiro: l'éphémère et la perennité: histoire d'une ville au XIXème siècle*. 1988. Tese (Doutorado em História) – École des Hautes Études en Sciences Sociales, Paris, 1988.

PEREIRA, M. da S. O lugar contingente da história e da memória na apreensão da cidade: o historiador, o estrangeiros e as nuvens. *Redobra*, Salvador, ano 4, n. 12, p. 16-18, 2013.

PEREIRA, M. da S. *Quadrados brancos: Le Corbusier e Lucio Costa uma noção moderna de história*. In: NOBRE, A. L. et al. (Org.). *Lucio Costa: um modo de ser moderno*. São Paulo: Cosac Naify, 2004. p. 84-103. (Coleção Face Norte, v. 7).

SANTOS, D. O. *Routes of modernity or the Americas of Le Corbusier: Voyages, Affinities and Anthropology*. 2017. Tese (Doutorado) – Institut für Geschichte und Theorie der Architektur, Eidgenössische Technische Hochschule, Zürich, 2017.

STIEGLER, B. Nietzsche et la critique de la Bildung, *Noesis*, [S.l.], n. 10, p. 215-233, 2006.

SUAREZ, R. Nota sobre o conceito de bildung (formação cultural). *Kriterion*, Belo Horizonte, v. 46, n. 112, p. 191-198, Dec. 2005.

TOPALOV, C. et al. (Org.). *A aventura das palavras da cidade, através dos tempos, das línguas e das sociedades*. São Paulo: Romano Guerra, 2014.